

BIOGRAFIA DE UMA NAÇÃO A EXEGESE DO RISORGIMENTO E O FASCISMO¹

Gianni Fresu²

Universidade Federal de Uberlândia UFU/MG

Como expliquei amplamente no livro “*Nas trincheiras do Ocidente*”. *Lições sobre fascismo e antifascismo* (2017), Antonio Gramsci interpretou o fascismo em sua relação com a fraqueza das classes dirigentes e com os limites da unificação política e modernização econômica que marcaram a história da Itália. Assim é que para Gramsci o fascismo é um fenômeno historicamente determinado. Mas sua origem precisaria ser investigada também em relação aos processos observados em contexto europeu, como o fim da fase expansiva da revolução burguesa e a mudança da “guerra manobrada” para a “guerra de posição”³. Esses temas, que articulam estreitamente o advento do fascismo às debilidades das classes dominantes italianas e aos limites do processo de unificação nacional, também encontram importante respaldo em outras leituras historiográficas, sejam elas próximas ou profundamente distantes da abordagem de Antonio Gramsci.

Assim, por exemplo, segundo Piero Gobetti, foi precisamente o drama do fascismo que colocou na ordem do dia o problema de uma exegese do *Risorgimento* capaz de revelar “a incompreensão fundamental de nossa história: uma tentativa desesperada de modernização que resultou em letrados com a vaidade não-maquiavélica da astúcia ou em garibaldinos com ênfase jurídica”⁴. Com uma prosa afiada e eficaz como poucos, o jovem intelectual turinense esclarecia que o próprio conceito de liberdade, em nome do qual invocava uma revolução no país, não era o mesmo que animava as paixões, repletas de retórica, do movimento mazziniano. A revolução liberal impunha-se como necessidade por encontrar na própria liberdade uma nova virtude do

¹ Conferência de abertura do *Seminário Marx 200 anos – A atualidade da Filosofia da Práxis* realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, em 09 de maio de 2018.

² Professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

³ No Caderno 13 Gramsci precisa que a fórmula da “revolução permanente” surgiu antes de 1848, como expressão cientificamente elaborada das experiências “jacobinas”, e mais em geral corresponde a uma fase muito atrasada da sociedade e do campo, na qual se tem um limitado desenvolvimento da sociedade civil e dos aparatos hegemônicos das classes dominantes. Nesta fase ainda não existem os grandes partidos políticos e os sindicatos e se tem uma maior autonomia nacional das economias nacionais e dos aparatos hegemônicos estatais-militares. Esta fase muda radicalmente em 1870 com a expansão colonial europeia, quando tanto as relações internas dos Estados quanto suas relações externas tornam-se mais complexas e articuladas, enquanto na esfera política se observa a mesma mudança verificada na arte militar, com a fórmula da “revolução permanente” sendo superada pela “hegemonia civil”, vale dizer, se passa da “guerra de movimento à guerra de posição”. Gramsci, A. *Quaderni del carcere*, Einaudi, Torino, 1977.

⁴ Piero Gobetti P, *La rivoluzione liberale. Saggio sulla lotta politica in Italia*. Einaudi, Torino, 1974, pag. 9.

Estado, em oposição àquela servil e reprimida imposta pelas milícias. O problema histórico da classe dirigente italiana não residia na antítese entre liberdade e ditadura, mas sim na oposição entre liberdade e unanimidade, o que implica na tendência a considerar a pluralidade das nuances democráticas e a dialética das contradições sociais e políticas como problemas a serem removidos, ao invés de recursos a serem coordenados, na medida do possível, harmonicamente. Pelo contrário, a falta de liberdade ao longo dos séculos foi o verdadeiro obstáculo que impediu a formação de uma atividade econômica moderna, a criação de uma classe dominante correspondente e uma classe técnica avançada.

A análise dessa história tem início com a dialética entre as Comunas - origem dos elementos da vida econômica moderna na Itália - e o Senhorio, sendo este a expressão dos interesses conservadores e da exploração parasitária da economia agrícola. A predominância, no nível político e econômico, do senhorio sobre as comunas, bem como a ausência de uma Reforma religiosa, como nos países liderados pela revolução luterana, acabou retardando o desenvolvimento político nacional, encerrando a fragmentada realidade cultural dos Estados italianos na angústia claustrofóbica dos tribunais:

A nossa reforma a fez Maquiavel, um teórico da política, um indivíduo isolado. Seus conceitos não encontraram homens capazes de vivê-los, nem um terreno social sobre o qual apoiar-se. É um homem moderno porque instaura uma concepção do Estado rebelde transcendente, pensa uma arte política organizadora da prática e professa uma religiosidade civil como espontaneidade de iniciativa econômica⁵.

A natureza literária e romântica do Risorgimento italiano atingiu sua máxima expressão no abstrato “metafísico” do mazzinianismo, caracterizada por um apostolado um tanto nebuloso que fez adeptos, sobretudo, entre os exilados italianos. A doutrina de Mazzini, nascida dos fragmentos ideológicos provenientes de ideais europeus, reduzia-se, para Gobetti, a uma reforma religiosa atenuada, destinada a tornar-se impopular e a misturar a propaganda com a revolução. Bem distinta era a avaliação do jovem intelectual torinense a respeito de uma figura como Carlo Cattaneo, definido como “o único realista dentre tantos românticos e teóricos”. Frente aos limites e inconsistências do movimento democrático, o liberalismo piemontês podia, pelo contrário, contar com a maior densidade de quadros dirigentes seguros e suficientemente maduros para conduzir uma política externa funcional ao desenho unitário.

⁵Piero Gobetti P, *La rivoluzione liberale. Saggio sulla lotta politica in Italia*. Einaudi, Torino, 1974, pag. 12.

Revelou-se uma fortuna para o povo italiano que o *Risorgimento* tenha sido conduzido por uma figura como Cavour, o qual por meio de sua habilidade diplomática externa e de sua abertura liberal interna, evitou uma solução autoritária. Vittorio Emanuele II era “um rei medíocre e incapaz de compreender os tempos” e Cavour, que conseguiu combater seus projetos e tendências, evitou resultados ainda mais regressivos para a União. No panorama do *Risorgimento*, Cavour sobrepunha-se a todos os seus contemporâneos por sua capacidade de enfrentar as questões mais complexas com olhos de um homem de Estado, ao mesmo tempo em que era capaz de falar ao povo sem “mendigar-lhes favores” e sem buscar corrompê-lo. Em um contexto dominado pela demagogia mais decadente, pela inconsistente retórica do romantismo democrático ou, ao contrário, pelo dogmatismo antimoderno do mundo católico, Cavour foi, conforme Gobetti, o único a lançar as bases de uma revolução liberal moderna, apesar de ter como ferramentas de ação apenas a dinastia e o exército de um pequeno Estado.

Comparado com os políticos que o seguiram, exceto Sella, ele aparece de outra estirpe: para Depretis e para o próprio Giolitti, que também tem a mente de um homem de Estado, o justo termo de comparação não é Cavour, mas Rattazzi, modelo de equilibrismo, equívoco e demagogia⁶.

Mesmo nos *Cadernos do Cárcere* estão presentes diversas passagens nas quais se destaca a diferente estatura política de Cavour em relação a seus contemporâneos e sucessores. No *Caderno 8* está indicado o objetivo de questionar-se, sem preconceito ou retórica, “o realismo de Cavour”, que surge propriamente da preponderância dos fatores internacionais no percurso do processo de unificação nacional. Aos mazzinianos a via diplomática à unidade parecia um fato “mostruoso” e, em razão disso, logo em seguida Crispi, visando diluir a importância de Cavour, afirmara que este não fizera outra coisa senão “diplomatizar a revolução”. Dessa maneira Crispi, sem querer, segundo Gramsci, não fizera outra coisa senão admitir a indispensabilidade de Cavour. Reconhecer que organizar no plano internacional as condições da Unidade fosse mais importante que organizar os fatores internos significara admitir o despreparo e a debilidade das forças internas nacionais frente à tarefa a ser realizada, vale dizer, dar-se conta da falência do programa mazziniano.

Para além das qualidades do realismo, para Gobetti, Cavour, na contramão de uma tradição diplomática fundada, exclusivamente, na astúcia pessoal, apoiou a unificação nacional sobre a economia e o liberalismo – refutando as sugestões retóricas ou religiosas – reinserindo

⁶Piero Gobetti P, *La rivoluzione liberale. Saggio sulla lotta politica in Italia*. Einaudi, Torino, 1974, pag. 24.

os italianos em uma política europeia diante da qual eram, até então, estranhos. Cavour, segundo Gobetti, fundamentou sua prática de governo e mesmo sua política externa sobre princípios “dignamente liberais”, conquistando para a prática diplomática um prestígio e uma consideração decisivamente mais avançadas do que as efetivas condições da Itália e de sua modesta classe dirigente. Mas a verdadeira “obra-prima” de Cavour foi sua política eclesiástica. O princípio *Igreja Livre em um Estado Livre* foi uma demonstração de maturidade e capacidade política, uma vez que não se tratou de uma abstrata fórmula de filosofia do direito e porque deslocou a luta do Estado contra a ingerência da Igreja do terreno dogmático - no qual em um país profundamente católico ele teria sido derrotado- para o terreno da liberdade de consciência. Dessa maneira, ele deixou de fora os anticlericalismos e as disputas político-filosóficas, constringendo a Igreja, que era uma entidade portadora de um conceito medieval de verdade, a confrontar-se com os preconceitos essenciais da modernidade.

Mas as condições assaz atrasadas do país e de sua classe dirigente estavam destinadas a reemergir dramaticamente com a morte de Cavour. O presidente do *Consiglio* piemontês lograra criar, em poucos anos, uma situação concreta incomparavelmente mais avançada no tocante às potencialidades do país, mas após sua morte, o jovem reino viu-se sem um guia e sem um princípio que lhe inspirasse à grandeza. Esses limites manifestaram-se com toda sua evidência no período compreendido entre 1860 a primeira Guerra Mundial, marcada pela prática corruptora do transformismo na dialética entre os diferentes consórcios que se alternavam ao leme do país, com a interrupção da revolução liberal empreendida por Cavour. A maior deficiência do regime liberal italiano era a ausência de um partido político conservador e, ao mesmo tempo, de um verdadeiro partido liberal. As posturas radicais e nacionalistas assumidas pelas chamadas classes de ordem seriam a prova mais clara disso. O radicalismo nacionalista, que teria encontrado primeiro no intervencionismo e depois no fascismo seu manifesto era, para Gobetti, um "germe de dissolução para nossos costumes políticos", e depois de 70 se tornaria uma prática unânime da política italiana.

A existência de um partido conservador sério teria desempenhado indiretamente uma moderna e positiva função liberal, dando fundamento à coesão moral do país em torno das legislações e da segurança pública, fornecendo-lhe os anticorpos para o subversivismo reacionário e a megalomania nacionalista típica das oscilações pequeno-burguesas. Nesse sentido, a passagem de Depretis a Crispi assume, para Gobetti, um valor paradigmático

destinado a repetir-se em forma ainda mais dramática na história da Itália, em razão, justamente, da ausência de um substrato liberal.

Quando os italianos se cansaram das astúcias e armadilhas de Depretis, abandonaram-se às fáceis seduções da megalomania de Crispi e, na bancarrota africana, toda a nação ficou comprometida. Enquanto ressoam, no entanto, as reabilitações tardias, Adua marca a condenação extrema de uma mentalidade romântica fácil e representa a crítica preventiva de toda ideologia nacionalista, destinada a ressurgir na Itália com a mentalidade da aventura e a preparação espiritual parasitária da pequena burguesia: o imperialismo é ingênuo quando quedam-se por resolver os problemas elementares da existência⁷.

Caso houvesse existido na Itália um partido conservador, este teria desempenhado uma função de “liquidação preventiva da psicologia radical e nacionalista que tornou-se dominante diante do *parvenus* de uma burguesia falida”. Mas se de um lado na Itália não surgiu um partido conservador, uma expressão dos interesses agrários do Sul, ao mesmo tempo as condições para a criação de um partido liberal dos industriais fracassaram, e assim um enorme fosso se abriu entre a indústria e o liberalismo. A indústria italiana consolidara sua posição por meio do protecionismo alfandegário e o subsídio estatal, renegando o individualismo econômico e os pressupostos presentes em qualquer situação dignamente liberal. Desta forma, a indústria desenvolveu-se à luz de um espírito puramente nacional, em vez de europeu e mundial. Daí a intromissão no sistema de privilégios e proteções garantidos pelo Estado e um certo provincianismo, tanto econômico como político, incompatível com o liberalismo. O protecionismo na Itália produziu enormes danos políticos, varrendo a corrupção burguesa e proletária a ponto de produzir um declínio nos costumes de ambos. O sistema comprometedor de Giolitti entre os industriais e o reformismo socialista do Norte em detrimento do Sul foi uma expressão dessa decadência. A ausência de um partido conservador escavou o abismo entre o Norte e o Sul para torná-lo estrutural. Se a indústria italiana se tivesse desenvolvido em bases liberais, sua relação com a agricultura e o Sul teria se estabelecido de maneira mais orgânica e harmoniosa.

Mais genericamente, Gobetti critica o liberalismo italiano pela incapacidade de lidar com o movimento operário, por ele definido como "o herdeiro natural da função liberal exercida primeiro pela burguesia". Não ter entendido a dinâmica social subjacente à luta de classes e

⁷Piero Gobetti P, *La rivoluzione liberale. Saggio sulla lotta politica in Italia*. Einaudi, Torino, 1974pag. 33.

classes e à formação histórica dos partidos políticos fora a base do declínio da classe política liberal, esmagada pelo aparecimento, no cenário político, das grandes massas.

Perdida a via traçada por Cavour, o liberalismo italiano se transformara na mais completa confusão ideológica, aceitando tudo sob sua bandeira, do nacionalismo de guerra ao protecionismo parasitário, perdendo a consciência de seus pontos cardeais doutrinários e, com eles, o sentido de sua missão histórica. Desta maneira, o liberalismo converteu-se em "democracia demagógica".

Após a década de 1970, o Partido Liberal foi esvaziado de sua função renovadora porque carecia de uma paixão libertária dominante e foi reduzido a um partido de governo, um equilibrismo para iniciados que desempenham suas funções como tutores, enganando os governados com as transações e artifícios da política social⁸.

Desta maneira o fascismo é, segundo Gobetti, uma "biografia nacional". Representa a renúncia da política pela preguiça, a perseguição da abstrata e vaga fórmula retórica acerca da reconciliação entre as classes. O fascismo tem a pretensão de "curar os italianos da luta política". A ideologia *atualista* do fascismo, sua confiança otimista e simplificadora são a prova da infantilidade congênita desse movimento e, mais geralmente, das classes dominantes italianas, seduzidas com entusiasmo pelas poses teatrais de Mussolini. Gobetti define seu antifascismo como um instinto, antes de uma ideologia, ditado pela urgência da "contrapor a seriedade ao *dannuzianismo*".

No entanto, justamente a partir da evidência brutal e sem fingimento de fascismo, Gobetti desejava o renascimento político do país, o despertar do povo italiano, a esperança de que este se reconheceria no sacrifício daqueles que se opõem, ao preço da vida, à escravidão e à tirania.

Que tiranos sejam tiranos, que a reação seja reação, que haja aqueles que terão a coragem de ir à guilhotina, que as posições de princípio sejam mantidas. O regime pode ser valorizado; pode-se tentar obter todos os frutos: que as chicotadas nos despertem, que o carrasco veja claramente. Mussolini pode ser um excelente Ignazio da Loyola; onde há um *Maistre* que saiba conferir uma doutrina, uma intransigência, à sua espada?⁹

⁸Piero Gobetti P, *La rivoluzione liberale. Saggio sulla lotta politica in Italia*. Einaudi, Torino, 1974, pag. 55.

⁹Piero Gobetti P, *La rivoluzione liberale. Saggio sulla lotta politica in Italia*. Einaudi, Torino, 1974, pp. 180-181.

Guido De Ruggiero - um dos mais importantes historiadores italianos do pensamento liberal, apesar das controvérsias políticas e filosóficas sobre sua figura - escreveu *História do liberalismo europeu*, precisamente no período marcado pela reação suscitada pelo assassinato de Matteotti e a realização cada vez mais concreta da supressão de todas as liberdades por ação do fascismo. A exigência de voltar às raízes conceituais e políticas do movimento liberal, na sua dimensão europeia, face a uma realidade nacional marcada pela sua crise, esteve ligada à necessidade de compreender as razões do que aconteceu e, em conjunto, à busca de razões ideais e históricas para a superação da barbárie fascista

Apesar do abismo que se abriu no país, que fez muitos ex *antigiollitianos* lamentarem a "progressão democrática" vivida entre 1900 e 1914, também De Ruggiero está longe de ser indulgente com a tradição liberal do nosso país, a respeito do qual não hesita em enfatizar a modesta importância em comparação com as principais tendências históricas do movimento europeu. O liberalismo italiano era em grande parte um reflexo de doutrinas e orientações estrangeiras¹⁰.

As razões para essa importância limitada devem-se a múltiplos fatores: a fragmentação política que impediu a formação de grandes grupos de opinião pública, sacrificando qualquer desenvolvimento na angústia e rivalidade de pequenas facções regionais, se não comunal; a escravização de grande parte do território italiano a potências estrangeiras, que levaram a concentrar as melhores energias na luta pela emancipação nacional, mas também à confusão conceitual entre independência e liberdade; o espírito da Contra-Reforma que tinha mortificado a premissa essencial do sentimento individualista do liberalismo moderno; a natureza literária e livresca de uma cultura reduzida a "erudição empoeirada, separada de todos os interesses vitais do presente"; mas acima de tudo, o atraso econômico que retardou a diferenciação social das classes e a formação de uma ampla camada média.

Acerca do atraso esclerótico das relações sociais de produção, De Ruggiero realizou um estudo histórico amplo e detalhado. Entre os fatores econômico-sociais que haviam limitado o potencial do liberalismo italiano, havia também o escasso peso do feudalismo, para o rápido aparecimento de Municípios e Senhores, para a subsequente dominação de potências estrangeiras, para a permanência da tradição do direito romano:

¹⁰ Esta opinião também foi compartilhada por Arturo Carlo Temolo (*Igreja e Estado na Itália, desde a unificação até os dias atuais*, Einaudi Editore, Turim, 1977), que repetidamente enfatizou que o liberalismo moderno foi fundado (mesmo em seus múltiplos significados). sobre a ideia de um Estado nacional com uma ordem constitucional e um governo legitimado por uma maioria parlamentar, não tinha no movimento intelectual da Itália - pelo menos até Cavour - qualquer grande teórico. Seus homens, escreve Jemolo, eram um pouco apóstolos da ideia, missionários ou realizadores.

na Itália, a tradição do direito romano nunca se extinguiu completamente, desde a mais remota Idade Média, e sua persistência se opôs efetivamente à dominação exclusiva do direito feudal, (...) impediu a formação de um direito exclusivamente privilegiado, promovendo assim as liberdades civis dos indivíduos. Mas, ao mesmo tempo, sendo um direito de súditos, homens iguais na sujeição, tem, com sua influência, impedido a idéia de um direito próprio e originário, independente do Estado e, de fato, oposto ao direito do príncipe. Os italianos perderam assim a experiência vital da antítese entre o povo e o príncipe, que em outros lugares ajudou a criar o senso e o amor pelas liberdades políticas¹¹.

É desta antítese que surgiu, em alguns países europeus, a base primeira do liberalismo político, vale dizer, regime, Estado geral, Parlamento. Todas essas instituições estranhas, em sua visão, às tradições italianas.

O movimento intelectual do *Risorgimento* tem uma importância muito grande na história da Itália, antecipando sua unificação política. No entanto, segundo o historiador do pensamento liberal, ele foi elevado, por seus protagonistas, epígonos e exegetas, a uma importância europeia que na realidade não tinha, gerando desentendimentos e ilusões destinados fatalmente a serem revelados em 1848. A razão dessa desproporção em sua autorrepresentação foi atribuída à tradição literária. Esta, tanto para De Ruggiero como para Antonio Gramsci, é o único elemento que surge com continuidade na vida nacional através dos séculos, na ausência de uma unidade política nacional.

Após o seu fim, o *Primado* da civilização e da ciência, próprios do humanismo e do renascimento, converteram-se em uma "primazia das memórias". A ideia de autossuficiência, típica da cultura literária italiana, tinha sido nutrida por um mundo imaginário, no qual a ideia daquela primazia, embora morta e enterrada há séculos, continuava a existir, assim como naquele "supramundo fictício" formou-se a concepção de uma unidade política nacional de fato (propositadamente confundida com a unidade da cultura nacional) na história da Itália.

A angústia dessa dimensão cultural, convicta de possuir todos os elementos para manter-se de pé, tornou ainda mais difícil incluir as correntes intelectuais italianas no clima geral da cultura europeia:

mesmo quando a influência estrangeira se tornou predominante como nos séculos XVIII e XIX, a indelével altivez nacional buscou diminuir sua importância ou piorar seu significado, com essas comparações,

¹¹ De Ruggiero G, *Storia del liberalismo europeo*, Editori Laterza, Bari, 2003, pag. 293.

esses paralelos e antíteses, os quais formam a parte mais mais doentia da literatura patriótica italiana¹².

Nesse sentido, o trabalho de Gioberti se justificava perfeitamente e parecia importante dentro desse quadro nacional, enquanto "desajeitado e desafinado" em um contexto mais geral e europeu. Acerca desta auto-suficiência político-cultural italiana, desta "primazia moral e civil", Vincenzo Gioberti se manifestou em sua obra mais famosa:

A Itália tem em si todas as condições do seu Risorgimento nacional e político, sem recorrer às insurreições, às imitações e invocações estrangeiras. (...) A Itália contém em si mesma, sobretudo por causa da religião, todas as condições exigidas para o seu *Risorgimento* nacional e político, e que para lhe dar forma efetiva não lançou mão de revoluções internas nem tampouco invasões ou de imitações estrangeiras¹³.

De Ruggiero foi muito duro no julgamento do provincianismo da cultura italiana em relação ao *Risorgimento*. Em suas palavras, esta revelou uma atitude de "senhores decadentes", orgulhosos de seu estado, fechados em seu próprio isolamento. Uma "falsa modéstia patriótica" dispersara toda a coragem, impedindo que se olhasse para além de seu próprio ambiente e de dar-se conta dos próprios limites, comprometendo algumas manifestações da consciência nacional do *Risorgimento* e mistificando o julgamento de sucessivas gerações: "esteve rodeado de um halo de retórica; subtraiu-se de qualquer avaliação crítica sincera, mesmo quando tenha sido objeto de estudo e curiosidade acadêmica; e suas manifestações intelectuais têm sido mais admiradas e exaltadas quanto menos são conhecidas em sua verdadeira realidade"¹⁴. A demonstração disso está na simples observação de que, em um século cheio de tumultos e trocas intelectuais como o século XIX, nenhum dos trabalhos sobre o *Risorgimento* alcançou uma ressonância europeia, assim como nenhum deles se tornou familiar para os próprios italianos. "É o suficiente, para perceber, abrir os livros de Rosmini, Gioberti, Mazzini, Balbo, d'Azeglio, Tommaseo, para sentir um certo cheiro de fechado, como um mofo literário, que traduz a angústia do ambiente nacional".

É bem diferente a leitura do *Risorgimento* feita por um outro grande historiador e ensaísta italiano, de orientação *azionista*, como Luigi Salvatorelli. Este, antes de tudo, nega

¹²De Ruggiero G, *Storia del liberalismo europeo*, Editori Laterza, Bari, 2003, pag. 316

¹³Gioberti V., *Del primato morale e civile degli italiani*, UTET, Torino, 1932

¹⁴De Ruggiero G, *Storia del liberalismo europeo*, Editori Laterza, Bari, 2003, pag. 317

resolutamente a difundida tese “modernista” que tende a apresentar o *Risorgimento* italiano como uma simples conquista de Savoia, que com isso reduz-se à constituição político-territorial do reino da Itália entre 1859 e 1870. Essa tese, apoiada na promessa de que a Unidade seria o resultado natural do desenvolvimento e da modernização do Piemonte era, para esse historiador, afeita, no plano filosófico, a um vício de positivismo materialista que, ao reduzir o *Risorgimento* a um simples ato do império do Rei da Sardenha, negava o “elemento nacional, popular, espiritual”, e não considerava nenhum outro momento do *Risorgimento*, tal como a revolução napolitana de 1820 ou a da Itália central de 1831, ou ainda os movimentos da Romagna entre 1840 e 1846. Além disso, toda a ação do mazzinianismo apresentou os fatos como *Anti-risorgimento*, assim como teria deixado de fora os movimentos reformistas anteriores a 1848. Na realidade Salvatorelli destacava como, de Gioberti a Carducci, de Mazzini a Cavour, todos os grandes protagonistas pretendiam que o *Risorgimento* Italiano fosse uma profunda e completa transformação da vida nacional, uma afirmação da autonomia nacional e individual, perpassando não apenas sua própria época de ouro, mas sim dois séculos. A expressão *Risorgimento* tivera, primeiramente – e ainda por um longo período –, um significado unicamente literário-cultural, para posteriormente assumir um sentido político-territorial bem delimitado. Contudo, desempenhava um papel de consciência e atividade espiritual muito além da desempenhada pelo Reino da Sardenha¹⁵.

É o próprio termo que exclui uma interpretação estritamente territorial e material, porque no *Risorgimento* a referência ideal reside em algo que já esteve, mas já não é mais, que cessou de existir e tornou à existência. Resta porém o fato – reconhecido até por Salvatorelli – que antes de 1861 aquela tão procurada unidade política e territorial *do e no* Estado Italiano, nunca existira historicamente. Aqueles que deste o fim do século XVIII invocaram o *Risorgimento* para o futuro da Itália estavam com as cabeças voltadas ao passado, em busca de restaurar aquela unidade. Isto, para Salvatorelli, desempenhava simplesmente uma função positiva de exemplo e estímulo à ação, enquanto para outros (como Gramsci e mesmo De Ruggiero) levava à mistificação da história da Itália, artificialmente povoada de figuras

¹⁵Importante, no entanto, recordar que Salvatorelli não refuta apenas a interpretação “modernista” como ainda, com mais força, rejeita a idéia “passadista”, típica da tradição nacionalista, que considera o *Risorgimento* como uma mera continuação da história anterior da Itália, como processo autóctone, independente da história europeia mais geral. O *Risorgimento* se encaixa plenamente nas correntes de pensamento, nas referências políticas e ideais a um contexto que é, de fato, europeu e isto de Balbo a Mazzini.

povoada de figuras mitológicas e ilusórias. Destes dois modos de entender o *Risorgimento* nasciam avaliações profundamente distintas, tais como a da ideia de *Terceira Roma*, própria da retórica de Mazzini, a noção de *trama unitária da história*, de Balbo e a de *Primado Moral e Civil* da Itália de Gioberti.

Salvatorelli admite que nessas concepções havia exageros, confusões e ilusões, porém aponta que não reconhecer seu valor, profundamente positivo, seria o mesmo que "jogar fora a criança junto com a água suja do banho", rejeitando, juntamente com os erros, os elementos essenciais que desempenhavam um papel propulsor. Que esta convicção tenha sido uma força operativa do *Risorgimento* é inquestionável; e mesmo se alguém quisesse denominá-la como mito, seria ainda igualmente conveniente levar isso em conta, precisamente porque o *Risorgimento* não é um fato externo puro, mas criação espiritual. Seria sempre a história passada da Itália que, por meio da interpretação mítica, teria agido para preparar o futuro¹⁶. Com base nessas considerações, Salvatorelli rejeitou a interpretação "modernista" do *Risorgimento*, segundo a qual, em seu processo e em seu resultado, não seria outra coisa senão a fundação de algo que nunca fora antes. Em outras palavras: "a história da Itália não começa com o *Risorgimento*; é o próprio *Risorgimento* um período desta história".

Não obstante a profunda diferença filosófica e política entre os dois autores, a classe dirigente do *Risorgimento* descrita na *História do Liberalismo Europeu* tem diversos pontos de convergência com os "voluntários da nação" de que falara Gramsci. Entre ambos os casos faz-se referência a uma restrita elite autosselecionada, oriunda de diversas partes da Itália, organizada em torno de valores morais muito elevados, mas que desejava manter-se bem distante da participação das massas populares, permanecendo substancialmente indiferente diante dos problemas da unidade, da liberdade e da independência. Frente a esta dimensão exclusivamente ética e literária e à sua claustrofóbica dimensão provinciana é que se evidenciava a abordagem da classe dirigente do *Risorgimento*.

O partido moderado era, na verdade, um não-partido, ou melhor, uma corrente sem organização e sem estatuto, em torno da qual aglutinou-se um consenso de grupos sociais muito homogêneos em termos de relações de produção e cultura. Estes refutavam a própria ideia de partido, que foi definida, por Rosmini, como o verme que corrói a sociedade, pela simples razão de que não apenas não se colocava o problema do proselitismo frente às massas, mas porque

¹⁶Salvatorelli L., *Pensiero e azione del Risorgimento*, Einaudi Editore, Torino, 1944, pag. 8

massas, mas porque não havia nenhuma intenção de envolvê-las no processo político-social da unificação. De Ruggiero recorda que Gioberti definia o povo como um não-ente, um corpo inerte e disforme, maleável conforme seu próprio gosto. Coerentemente com essa concepção, era totalmente estranha aos moderados qualquer hipótese democrática de autogoverno popular. A ação e o direcionamento das manifestações dos moderados era endereçada, portanto, somente aos representantes da própria classe e aos príncipes dos Estados Italianos, a quem atribuía-se a iniciativa. De maneira geral, o ideal político dos moderados estava mais próximo do liberalismo semifeudal inglês do século XVIII do que do liberalismo moderno.

A absoluta indisponibilidade para o envolvimento do povo teve duas consequências: uma política, localizada no constante terror ao despertar popular e à reivindicação da liberdade, que empurrou os moderados a uma posição de rígida defensiva; uma filosófica, apoiada no temor à razão, ou ao racionalismo. Contra o efeito disruptivo dos dois termos, liberdade e racionalismo, a classe dirigente italiana, assim como a do restante da Europa, fundamentou suas muralhas na restauração e no valor estabilizador da religião. Na Itália, isso levava a considerar a Igreja Católica como uma instituição genuinamente nacional, deixando-se de perceber sua característica historicamente cosmopolita e a buscar a impossível conciliação entre os valores do criticismo e do dogmatismo, a aspiração pela unificação política da Itália e a centralidade da Igreja como autoridade política. Essa contradição deveu-se ao fato de que a Itália vivera apenas como reflexo tanto a revolução quanto a contrarrevolução romântica. Dos dois termos da contradição surgiu um substituto confuso que deu lugar a uma combinação eclética bizarra:

parecia fácil despir o catolicismo de seu papel reacionário e privar o racionalismo liberal de seu fermento revolucionário para, assim, pacificá-los juntos. De forma que surgiu a ideia, que teve lugar na infeliz revolução de 1848, de um ressurgimento liberal centrado no Papa (...) para salvar juntos o velho e o novo, os príncipes e a unidade nacional, o catolicismo e o racionalismo, o absolutismo iluminado e a liberdade. O que, expresso em termos simplórios, significa querer fazer uma omelete sem quebrar os ovos¹⁷.

Nesta flagrante contradição debateu-se o horizonte político do *Primado* de Gioberti, e sobre esses limites seria alimentada a falácia de fazer do Papa, como príncipe temporal, o centro de uma tradição italiana à qual se deveria a iniciativa de unificação política. O sucesso de uma posição como essa entre os moderados é a prova final dos limites deste partido conservador, fatalmente inserido em uma situação revolucionária.

¹⁷De Ruggiero G, *Storia del liberalismo europeo*, Editori Laterza, Bari, 2003, pag. 325

Paralelamente, e em oposição a este forte componente moderado, desenvolveram-se contribuições individuais com tom diverso e original, como a de Giacomo Durando, que contrapôs a tradição ghibellina, com uma orientação decididamente mais moderna e inserida no fluxo da história europeia, às tentações neoguelfas de Gioberti. Sob a influência da economia clássica, a linha de frente do liberalismo italiano tentou emplacar aqueles valores na dinâmica de modernização da Itália setentrional. A doutrina do liberalismo fundiu-se com o que fermentava na Itália setentrional, retirando sua inspiração nas correntes do liberalismo inglês e oferecendo às forças produtivas da Alta Itália a cereja do bolo do amplo mercado italiano. Desta maneira a liberdade, entendida principalmente em seu significado econômico, passou a ser o novo elemento da unificação nacional, por meio da modernização da burguesia agrária e industrial.

Nesta escola formou-se Cavour, aquele que, para De Ruggiero, foi o único expoente verdadeiramente europeu do *Risorgimento* italiano, um homem cuja formação cultural era livre daquele talhe literário e daquele estreito provincianismo que se podia reprovar na sonolenta intelectualidade moderada. Também Jemolo destacou a função de verdadeiro artífice da unificação nacional desempenhada por Cavour, a quem se deve até mesmo a matriz da ordem constitucional e administrativa e a legislação eclesiástica que constituiu o Reino da Itália. De Cavour, Jemolo destaca os laços e relações internacionais (francesas e inglesas), o equilíbrio na aproximação com o liberalismo, a competência na economia e na administração. Do ponto de vista religioso, Cavour é considerado um racionalista, que provavelmente declarava-se católico puramente por razões políticas, e não por convicções anteriores. Era seguramente um promotor das exigências da modernização e laicização dos institutos fundamentais da vida civil, baseados no princípio “Igreja Livre, Estado Livre”. Cavour, de acordo com Jemolo, teve o mérito de saber resistir às pressões dos jacobinos, de um lado, e dos clérigos, de outro, refutando tanto as pretensões de intromissão eclesiástica nos afazeres institucionais, quanto as medidas limitadoras da liberdade religiosa.

A cultura científica de Cavour, sua formação no liberalismo *manchesteriano*, levaram-no à percepção das possibilidades de expansão da sociedade industrial moderna, mesmo num contexto como aquele da Itália, no qual era ainda um porvir, e a basear nisso o processo de unificação nacional. Na obra de Cavour percebe-se, pela primeira vez na história italiana, o espírito do Estado liberal moderno, “Cavour personifica eminentemente este Estado e esta arte liberal de governo”.

Se a partir de Cavour é revelada a extraordinária modernidade, a perspectiva europeia, a cultura científica que conecta a modernização do Norte da Itália com as doutrinas econômicas mais avançadas do liberalismo, e por essa via ganha concretude o percurso da perspectiva *risorgimental*, com Mazzini e sua *História do Liberalismo Europeu*, evidencia-se sua abstração mística e a profunda distância entre os motivos inspiradores de sua doutrina e a concreta realidade italiana. Os longos anos de exílio impediram que Mazzini tivesse consciência concreta do que era aquele povo e quais eram seus anseios. Além disso, os pontos de referência religiosos, políticos e econômico-sociais das previsões de Mazzini, suas reflexões e suas proclamações tinham mais relação com as histórias da Inglaterra e da França do que com a Itália. O misticismo político-religioso de Mazzini derivava da tradição de Lamennais e da de San Simon, de uma matriz histórica de reformas totalmente estranha à Itália, um país essencialmente da Contrarreforma. É por isso que o clássico binômio doutrinário “Deus e povo” não suscitou qualquer entusiasmo ou mesmo um simples senso de identificação no espírito popular italiano, permanecendo circunscrito às exíguas vanguardas do voluntarismo democrático.

Os anátemas de Mazzini contra o espírito individualista, anárquico e materialista da escola liberal mesclavam-se, assim, com as orientações sansimonianas, com a obra de Sismondi, de Owen, de Fourier, com a concreta realidade social da Inglaterra industrial do século XIX – onde o espírito individualista do mercado gerara contrastes sociais e econômicos enormes, decorrentes das condições de miserabilidade e intensa exploração de sua classe operária. Porém insurgir-se contra o individualismo liberal em um país como a Itália, todavia enredado em tradições e costumes feudais, onde a revolução industrial ainda tardaria a realizar-se, era um contra-senso, era falar da Itália olhando a Inglaterra: o que poderia significar, na Itália, o associativismo que Mazzini via surgir de uma liberdade anárquica e implacável, que os italianos sequer conheciam? Quem poderia querer associar-se em um país agrícola e semi-feudal¹⁸?

Outra é a visão de Luigi Salvatorelli, curador da obra de Mazzini, para quem o histórico chefe do Partido da Ação é o protagonista absoluto do *Risorgimento* italiano, aquele que, mais do que qualquer outro, soube, na propaganda do *Risorgimento*, lançar os fios, tecer as tramas, agitar os espíritos, de modo a formar e manter tantos núcleos de ação, com apelo em tantos ambientes distintos, lançando mão de diferentes instrumentos. Mazzini dispensou toda sua

¹⁸Ivi, pag. 333

inteligência, toda sua energia, todo seu oxigênio para a causa da Itália e da humanidade¹⁹.

Salvatorelli destaca a crítica de Mazzini ao individualismo utilitarista do movimento carbonário, incapaz de enxergar os temas da nação e do povo, crítica que estende a todo movimento liberal. Para Mazzini, de fato, povo, nação e liberdade são termos absolutamente entrelaçados e inseparáveis. Mazzini renega toda concepção de sociedade como simples somatório de indivíduos, colocando em destaque a natureza orgânica da ideia de pátria, fundamentada nos conceitos de iniciativa popular e autogoverno nacional. Neste conceito orgânico e dinâmico da nação italiana como autocriação popular localiza-se a maior contribuição de Mazzini ao pensamento do *Risorgimento*, ideal e prático: dele decorre o binômio mazziniano *pensamento e ação*, necessário à formação da verdadeira consciência nacional.²⁰ Na obra de Mazzini, passado, presente e futuro da Itália se imiscuem em um conceito tão sugestivo quanto vago, o de “missão nacional”, o qual identificaria para cada organização nacional uma missão especial a cumprir, que no entanto não é jamais explicada em sua concretude. Para a Itália a única missão rastreável é a de ressurreição nacional, entendida como valor espiritual e religioso, que venha a materializar em termos políticos e territoriais uma tradição histórica e uma “via moral” que una a todos os italianos. Nesta missão de unidade moral, Mazzini atribui uma tarefa especial àquela que ele define como “educação nacional”, voltada a retirar a cada indivíduo de seu isolamento para torná-lo partícipe do espírito e dos destinos da pátria. Um conceito que, se bem que despido de suas referências à liberdade, ao autogoverno popular e à cooperação do povo, essenciais nas concepções de Mazzini, terá uma aplicação muito significativa na tradição do nacionalismo e do arditismo. Não por acaso Benito Mussolini, com evidente objetivo instrumental, nos anos da República Social, volta e meia reivindicaria a tradição mazziniana, tomando-a quase que uma premissa ideal do fascismo.

Para Salvatorelli, Mazzini encarna a “concepção mais bem acabada do *Risorgimento*”, aquela que, mais do que qualquer outra, soube integrar pensamento e ação:

Se ao povo italiano ocorrer, para seu
ressurgimento, superar definitivamente os bastiões espirituais que o
levaram à decadência secular após o renascimento, o impulso legal

¹⁹ *Pensiero e azione del Risorgimento*, cit. pag. 119

²⁰ *Ivi*, pag. 111

após o Renascimento, o impulso moral para essa superação veio principalmente da mística inspiração mazziniana²¹.

Não obstante este reconhecimento, mesmo Luigi Salvatorelli não pode omitir que o misticismo e o dogmatismo transcendente foram, ambos, os maiores limites do mazzinianismo que, de todo modo, circunscrevia sua eficácia ao confrontar-se com o humanismo racionalista do radicalismo democrático e com o realismo empirista do liberalismo moderado. Os maiores limites do pensamento de Mazzini deviam-se, certamente, ao clima cultural romântico em que se formou e ao qual permaneceu atrelado por toda sua existência, mas também ao escasso conhecimento dos resultantes mais significativos da tradição filosófica de fins do século XVIII, que no entanto eram compartilhados majoritariamente pelas correntes radicais e moderadas, unidas em sua hostilidade ao misticismo mazziniano. Neste sentido talvez a crítica de De Ruggiero ao provincianismo cultural dos genoveses, quando exilado na pátria do liberalismo moderno em sua fase histórica de máxima expansão, e portanto distante de seu movimento cultural, tenha deixado sua marca.

A democracia de Mazzini era completamente alheia à realidade italiana, escreveu De Ruggiero; era uma pregação repleta de deveres morais e retóricos, que espalhavam-se exclusivamente no campo do dever ser sem fazer qualquer referência ao que existe. Mazzini falava ao povo, mas a um povo imaginário, puramente retórico, não às massas infindáveis de camponeses sem terra do campo italiano. Isso esclarece o horror experimentado por Mazzini e seus seguidores frente à revolução agrária no sul que levou à ocupação das terras em 1848, revolução esta deixada à sua própria sorte pelos democratas, que não quiseram explorar aqueles acontecimentos disruptivos, e que foi concomitante à crise dos moderados, deixando o caminho livre à reação. Uma ideia de democracia compreendida como organização popular autônoma só seria materializada com o nascimento do movimento socialista, que pela primeira vez lograria criar um relacionamento orgânico com as massas, retirando-as da apatia e da subalternidade à qual eram relegadas e colocando na agenda política as questões sociais, largamente evitadas por Mazzini, para além de declarações de princípios e saltos retóricos.

Desta insuficiência do Partido da Ação, receoso e relutante em envolver de fato as massas populares no processo do Risorgimento, tomou nota em diversas ocasiões o próprio

²¹ *Ivi*, pag. 119

Karl Marx, que em um artigo publicado no “New York Daily Tribune”, em abril de 1853, escrevia:

Ora, é um grande progresso para o partido mazziniano ter-se finalmente convencido que, mesmo no caso de insurreições nacionais contra o despotismo estrangeiro, existem aquelas que são chamadas diferenças de classe, e que nos movimentos revolucionários, em nossos dias, não é para a classe superior que se deve olhar. Talvez os mazzinianos dêem um outro passo a frente e cheguem a compreender que devem ocupar-se seriamente das condições materiais da população do campo se desejam que seu Deus e o Povo tenham eco. (...) as condições materiais em que se encontra a maior parte da população rural a fez indiferente, senão reacionária, à luta nacional da Itália²².

Em um artigo posterior, de 11 de maio de 1858, *Mazzini e Napoelão*, Marx reprova os mazzinianos por estarem totalmente apegados às formas políticas do Estado (República contra Monarquia), sem atentarem para a organização social sobre a qual se apoia a superestrutura política:

orgulhosos de seu falso idealismo, consideraram uma ameaça à sua dignidade tomar consciência da realidade econômica. Nada é mais fácil do que ser idealista em nome dos outros. Um homem comilão pode zombar do materialismo dos famintos que exigem um pedaço de pão vulgar ao invés de preocupar-se com ideias sublimes. O triunvirato da República Romana de 1848, que relegou os ativistas romanos a um estado de escravidão mais exasperante do que o de seus ancestrais da Roma imperial, não pensou duas vezes sobre isso quando se tratou de dissertar sobre a degradação da mentalidade rural²³.

A democracia mazziniana, o partido da ação, limitava-se à ação conspirativa e à agitação, às demonstrações públicas ao golpe de praça dos “voluntários da nação”, sem no entanto apoiar-se – diferentemente dos movimentos democráticos da Alemanha, Inglaterra e França – em alguma classe social histórico-concreta. Uma concepção de democracia onde não havia nada de orgânico e permanente a não ser a explosão momentânea do gesto revolucionário. Ainda assim, a tradição democrática mazziniana desempenhou uma função positiva, conduzindo forçosamente o hesitante mundo dos moderados para o terreno da ação do *Risorgimento*. O sucesso da ação democrática é confiado à sabedoria dos moderados, que logram dar um quadro estatal e conservador às conquistas das ruas. Isso explica o aparente paradoxo de que a Itália,

²² Karl Marx – Friederich Engels, *Sul Risorgimento italiano*, Editori Riuniti Roma 1959, pag. 109

²³ *Ivi*, pag. 142

paradoxo de que a Itália, assim construída pelos chamados democratas, é também organizada contra eles pelos partidos da ordem²⁴.

Inspirado pelas mesmas questões de investigação e ao mesmo tempo pela necessidade de superação, *O fascismo, as origens e o desenvolvimento* de Ignazio Silone constitui-se em outra importante contribuição historiográfica escrita em plena "era fascista"²⁵. Esta obra sobre o fascismo foi escrita por Silone quando exilado na Suíça, entre o final dos anos vinte e 1934, o mesmo período de elaboração dos *Quaderni*, e foi publicado pela primeira vez em alemão, em 1934. Embora escrito com uma abordagem diferente e com um estilo seco, o trabalho tem muitos pontos de análise comuns ao horizonte de Gramsci. Também Ignazio Silone ligou o drama do fascismo aos limites do processo de formação do Estado italiano, o último entre os grandes países a se unificar e ao atraso congênito de sua economia. O *Risorgimento* parece-lhe "a bem-sucedida tentativa da Casa de Savóia de estender seu domínio do Piemonte ao resto da Itália", graças à mudança no equilíbrio europeu. A história da Itália apresenta-se como sucessão do domínio das forças tradicionais sobre as populares, do *Risorgimento* ao fascismo, possibilitado pelas deficiências do partido revolucionário nessa história, de Mazzini a Bordiga. Os aspectos essenciais das revoluções burguesas do século XIX (superação das relações sociais feudais, participação popular na luta sob a hegemonia liberal, construção de um Estado em bases democráticas) manifestam-se no *Risorgimento* de forma caricatural. Mesmo para Silone, na Itália, dada a natureza da sociedade e da economia, somente com uma ampla participação do campesinato, vista com terror tanto pelos moderados quanto pelos "revolucionários", o *Risorgimento* poderia ter assumido a conotação de nacional, popular e democrático. Apenas três personagens particulares tentaram apresentar o problema do envolvimento popular: Giuseppe Ferrari, Carlo Cattaneo, Carlo Pisacane.

O medo suscitado pelo povo condicionou, assim, a formação do Estado italiano unitário. Esta foi completada sem que as massas tomassem parte dela, aconteceu distante delas, contra elas. Essa circunstância teria sido decisiva para toda a existência do novo Estado, desde sua fundação até os dias atuais²⁶.

²⁴ *Storia del liberalismo europeo*, cit. pag. 335

²⁵ Ignazio Silone, *Il fascismo, origini e sviluppo*, Mondadori, Milano, 2002.

²⁶ pag. 9.

A íntima fragilidade da burguesia italiana forçara as classes dominantes a darem seguimento aos compromissos para manterem-se no poder, de modo que na Itália não havia, como no resto da Europa, uma luta entre empresários industriais e proprietários de terras agrícolas, mas, ao contrário, um acordo, cujo custo foi pago por todo o país e, em particular, pelo sul, forçado ao subdesenvolvimento e a uma condição de "regime quase colonial". Mesmo a incapacidade de definir partidos políticos reais das classes dominantes, que se apresentaram como alternativa segundo uma perspectiva liberal ou conservadora, foi uma consequência dessa dinâmica social. Daí a indistinta natureza lamacenta dos consórcios liberais e as práticas transformistas consolidadas. A única "cola" real no país era um aparelho burocrático guiado por grupos sem qualquer base objetiva na sociedade.

A frágil unidade política e territorial do país também foi ameaçada por três questões prementes: a atitude subversiva assumida pelo Vaticano e pela Igreja; a questão do Sul; o surgimento de um proletariado com características cada vez mais revolucionárias. A primeira questão levou a uma incomunicabilidade entre os católicos e o novo Estado, pelo menos até a Igreja identificar um inimigo considerado mais perigoso, o socialismo; o segundo originou-se da condição de miséria e exploração das massas do sul, submetidas a uma dominação social e política que manteve inalterada sua natureza feudal, massas sujeitas a uma rebelião endêmica sem coordenação e perspectivas políticas; a terceira foi a ameaça mais significativa ao atual estado de coisas, apesar da persistente ineficácia política e organizacional das perspectivas, primeiro anarquistas e depois socialistas, assumidas pelo movimento operário italiano na virada do século. O surgimento dessa nova realidade político-social foi enfrentado pelo novo Estado, pelo menos até 1900, de formas similares àquelas assumidas pelo fascismo, ou seja, com os estados de sítio, corte marcial e suspensão das liberdades individuais e coletivas próprias de um estado liberal.

Mas a repressão sistemática e violenta da agitação popular mostrou-se completamente ineficaz para frear seu ímpeto, e tampouco para implicar em ameaça a todo o sistema institucional que estava em risco de involução autoritária. Após o clímax do confronto, alcançado com o massacre de Milão e o assassinato de Umberto I, o século XX teve início com a criação de uma nova orientação de governo, representado por Giovanni Giolitti, o qual buscou inserir, de maneira estável, o partido popular - depurado de todo impulso subversivo - na balança do governo. O período que se seguiu, a chamada era *Giolittiana*, caracterizou-se por um notável desenvolvimento econômico e uma forte modernização do país que, no entanto, deixou de fora todo o Sul. Desta forma, deu-se uma modernização que não superou as

as contradições fundamentais do país. Além disso, a nova linha de inclusão em áreas do governo, que dizia respeito unicamente às seções limitadas do partido socialista do norte (os reformistas) e do mundo católico, não se deu de maneira orgânica e politicamente clara, mas por um ramificado sistema de corrupção política, pela prática consolidada do transformismo e o uso da violência no Sul. Mas mesmo este sistema de governo foi incapaz de conter o desenvolvimento de conflitos sociais no país.

Gramsci destacou as modalidades de composição das classes dirigentes, através de um processo de cooptação e absorção metódica dos novos elementos surgidos das novas dinâmicas sociais, o qual marcou toda a história da Itália, do Risorgimento ao fascismo. Desta forma, também grupos inicialmente hostis foram progressiva e molecularmente absorvidos pelos aparelhos do Estado até se tornarem um suporte dele. A hegemonia moderada sobre o Partito d'Azione é, para Gramsci, um dos temas mais paradigmáticos da história das classes dirigentes italianas e constitui, de modo geral, um daqueles momentos cruciais para compreender a função dos intelectuais na definição das estruturas de hegemonia e dominação de uma sociedade.

Nos Cadernos, o transformismo foi delineado como uma das formas históricas fundamentais da dupla “revolução-restauração” ou “revolução passiva”, na formação do moderno Estado italiano. O transformismo constituía um documento “histórico-real” da natureza dos partidos que se apresentaram como revolucionários na fase da ação militante. Desta dinâmica fazia parte a história das classes dirigentes italianas, do Risorgimento em diante, e Gramsci a dividiu em duas fases distintas: a) de 1860 a 1900, caracterizada pelo “transformismo molecular”, com a absorção de numerosas personalidades políticas surgidas nos partidos democráticos de oposição às bases de domínio da classe política moderada e conservadora; b) de 1900 em diante, com a passagem de grupos inteiros para o campo dos moderados e reacionários, como no exemplo da passagem do sindicalismo revolucionário e de grupos anarquistas para as fileiras do nacionalismo, durante a guerra da Líbia e, posteriormente, com o intervencionismo e o fascismo. Tudo isso explica bastante como o estudo do fascismo não possa ficar limitado ao período entre 1918 e 1945, mas precisa de um trabalho bem mais amplo e orgânico, se queremos compreender as origens de um fenômeno que tem profundas raízes na história da Itália, nas contradições do processo da sua unificação nacional, nos limites das suas classes dirigentes.

Recebido em 15 de setembro de 2018

Aprovado em 30 de setembro de 2018

Editado em 22 de dezembro de 2018